

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 170.543 - RJ (2020/0018108-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA 36ª VARA CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO - RJ**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DO DEPARTAMENTO DE INQUÉRITOS POLICIAIS E POLÍCIA JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO - SP - DIPO 3**
INTERES. : **JUSTIÇA PÚBLICA**
INTERES. : **EM APURAÇÃO**

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo JUÍZO DE DIREITO DA 36ª VARA CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO – RJ em face do JUÍZO DE DIREITO DO DEPARTAMENTO DE INQUÉRITOS POLICIAIS E POLÍCIA JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO – SP – DIPO 3.

Consta dos autos ter sido instaurado inquérito para a apuração do delito de estelionato consubstanciado na recusa de pagamento de cheque, em razão de divergência de assinatura, utilizado para quitar operação de compra de ações no mercado financeiro.

O Juízo suscitado declarou-se incompetente, por concluir que o estelionato consumou-se no lugar em que as negociações entre o agente e a vítima foram realizadas (Rio de Janeiro/RJ).

O Juízo suscitante, por sua vez, declarou-se igualmente incompetente e suscitou o presente conflito de competência por entender que, nos termos da Súmula n. 244/STJ a consumação do crime de estelionato ocorreu onde houve a recusa da compensação do cheque (São Paulo/SP).

O Ministério Público Federal opinou pela competência do Juízo suscitado (e-STJ fls. 301/302).

É, em síntese, o relatório.

Decido.

Cuida-se de incidente instaurado entre juízes vinculados a Tribunais

diversos, razão pela qual, nos termos do art. 105, I, *d*, da Constituição Federal, conheço do conflito.

Cinge-se a questão a definir o local de consumação do crime de estelionato, praticado mediante recusa de compensação de cheque em razão da discrepância de assinatura.

Como antes relatado, o cheque teria sido emitido no Rio de Janeiro e a recusa de pagamento pela instituição financeira ocorreu em São Paulo/SP.

Nesse contexto, impõe-se reconhecer a competência do Juízo paulista para processar e julgar a demanda, nos termos das Súmulas n. 244 do STJ e 521 do STF, que assim dispõem, respectivamente:

Compete ao foro do local da recusa processar e julgar o crime de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos.

O foro competente para o processo e julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, é o do local onde se deu a recusa do pagamento pelo sacado.

Ante o exposto, **conheço do conflito para declarar competente o Juízo suscitado.**

Publique-se. Comunique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator